

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Mariana Sebalhos Jorge

**A RESIDÊNCIA HABITUAL
COMO ELEMENTO DE CONEXÃO DO MUNDO GLOBALIZADO:
SUA INCIDÊNCIA NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO**

Porto Alegre

2017

MARIANA SEBALHOS JORGE

**A RESIDÊNCIA HABITUAL
COMO ELEMENTO DE CONEXÃO DO MUNDO GLOBALIZADO:
SUA INCIDÊNCIA NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa “Fundamentos da Integração Jurídica”, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Jaeger Junior

Porto Alegre

2017

MARIANA SEBALHOS JORGE

**A RESIDÊNCIA HABITUAL
COMO ELEMENTO DE CONEXÃO DO MUNDO GLOBALIZADO:
SUA INCIDÊNCIA NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa “Fundamentos da Integração Jurídica”, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

12 de dezembro de 2017

Prof. Dr. Augusto Jaeger Junior
Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Nadia de Araujo

Prof. Dr. Fernando Pedro Meinero

Prof. Dr. Florisbal de Souza Del’Olmo

Prof. Dr. Guilherme Pederneiras Jaeger

Prof. Dr. Rafael de Freitas Valle Dresch

CIP - Catalogação na Publicação

Jorge, Mariana Sebalhos

A residência habitual como elemento de conexão do mundo globalizado: sua incidência no direito internacional privado brasileiro / Mariana Sebalhos Jorge. -- 2017.

214 f.

Orientador: Augusto Jaeger Junior.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Residência habitual. 2. Elemento de conexão. 3. Direito Internacional Privado. 4. Globalização. 5. Harmonização. I. Jaeger Junior, Augusto, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Professor Dr. Augusto Jaeger Junior pelo acolhimento como orientanda, pelo conhecimento compartilhado, pelas pesquisas que juntos realizamos. Agradeço pelo incentivo e pela dedicação que teve com o meu trabalho, pelas oportunidades que me proporcionou e pela confiança construída nestes dois anos.

Aos professores Dr. Florisbal de Souza Del’Olmo, Dr. Fernando Pedro Meinero e Dr. Guilherme Pederneiras Jaeger, pelas valiosas considerações feitas na banca de qualificação, as quais foram determinantes para o resultado final desta dissertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro através da bolsa de estudos que permitiu a dedicação exclusiva ao Mestrado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pelos ensinamentos e integral comprometimento com o aprendizado, fomentando relevantes discussões em suas disciplinas.

À secretaria do Programa de Pós-Graduação em Direito pelo auxílio e suporte fornecido durante estes dois anos, sanando dúvidas e aflições. À secretária Rose pela constante ajuda e paciência nestes dois anos.

Aos colegas pelo incentivo, pelas trocas de experiências e pelas amizades construídas. Àqueles que se tornaram amigos, agradeço por tornarem meus dias mais leves.

Aos meus pais, Silvia e Paulo, pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida, vocês são a minha principal referência. Por serem meus melhores amigos, meus maiores exemplos. Por todo estudo que tive até hoje. Por tornarem possível este sonho.

Aos meus avós, Wanderlei e Marlene, que estão sempre ao meu lado. Aos meus dindos, Schirlei e Wanderson, que contribuíram significativamente nestes dois anos, da mudança à adaptação na cidade de Porto Alegre. À minha família pela incansável parceria.

Ao meu noivo, Lucas, por estar sempre ao meu lado. Pelo amor que acresce à minha vida, pela amizade que me proporciona, pelo companheirismo de tantos anos, pela compreensão e paciência que tens comigo.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste estudo e concretização desta pesquisa, meus sinceros agradecimentos.

“Alors qu’en 1902 la société humaine présentait encore – du moins dans les Etats parties à la Convention – un caractère relativement stable, c’est l’instabilité qui caractérise la société de nos jours. Aux mouvements de migration normaux qui se développent fortement s’ajoutent l’exode de populations entières, le recrutement toujours croissant de main d’oeuvre étrangère, le stationnement de troupes en dehors de leur pays et maints autres facteurs qui ont pour conséquence un déracinement, plus ou moins durable, de groupes humains. Il est évident que, dans ces conditions, les cas dans lesquels des enfants ne jouissent pas de la protection normale de la part de leurs parents deviennent de plus en plus fréquents. (...) Sur le plan international, enfin, on ne pouvait perdre de vue que les règles de conflits donnent toujours plus d’importance aux liens qui rattachent une personne à la société dans laquelle elle vit effectivement, donc à son domicile ou sa résidence habituelle. (...) Le système de la Convention de 1902, consacrant le principe dit de la nationalité et ne faisant intervenir la loi de la résidence habituelle qu’à titre d’exception, ne pouvait plus être maintenu dans une nouvelle convention.”

(STEIGER, M. W. de. *Explanatory Report on the 1961 Hague Protection of Minors Convention*. Hague: HCCH Publications, 1961.)

RESUMO

Com a globalização e o constante aumento do fluxo internacional, tanto de mercadorias como de pessoas, observou-se o incremento dos negócios jurídicos com conexão internacional. A escolha da lei aplicável aos estatutos pessoais dividiu-se doutrinariamente entre defensores do elemento de conexão nacionalidade, como Mancini, e defensores do elemento de conexão domicílio, como Savigny. Cada vez mais conflitos envolvendo negócios jurídicos multijurisdicionais se tornaram uma realidade submetida aos tribunais internos dos países, de modo que a residência habitual surge como uma solução à dicotomia existente entre nacionalidade e domicílio. Nesse contexto, a finalidade da presente dissertação é analisar a incidência do elemento de conexão residência habitual no mundo globalizado e a incidência da residência habitual no direito internacional privado brasileiro. Para desenvolver os objetivos propostos, o estudo divide-se em dois capítulos. No primeiro capítulo é abordado o debate doutrinário existente na definição de residência habitual enquanto elemento de conexão, bem como a relação que possui com o domicílio – diferenciando-se domicílio em países de *common law* e de *civil law*. Neste primeiro momento ocorre também a análise do surgimento da residência habitual como elemento de conexão a determinar a lei aplicável, as suas primeiras utilizações pelas Convenções da Haia, previsões em legislações internas de diferentes países e também em âmbito unional através da União Europeia. O segundo capítulo destina-se à incidência da residência habitual no direito internacional privado brasileiro com a sua previsão em convenções já ratificadas pelo Brasil, bem como ao reconhecimento deste elemento de conexão no cenário brasileiro. Compreende, ainda, o estudo de julgados brasileiros que já utilizaram o critério da residência habitual e o futuro deste elemento de conexão no direito internacional privado brasileiro. Destacam-se as tentativas de atualização da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro que já previram a inserção do elemento de conexão residência habitual de forma subsidiária ao domicílio. Em conclusão, tem-se que a atualização legislativa do direito internacional privado brasileiro deve inserir o elemento de conexão residência habitual, em ascensão no mundo atualmente, com primazia, e não de modo subsidiário como os projetos anteriores. A primazia do critério residência habitual permite a aplicação da lei mais próxima à vida da pessoa ou à relação jurídica multiconectada, e ainda harmoniza o direito internacional privado, permitindo que o domicílio e a nacionalidade sejam utilizados de modo subsidiário.

Palavras-chave: Residência habitual. Elemento de conexão. Direito internacional privado. Globalização. Harmonização.

ABSTRACT

With globalization and the constant increase of the international flow of both goods and people, it was observed the increase of the legal transactions with an international connection. The choice of law applicable to personal statutes was divided doctrinally between defenders of the connecting factor of nationality as Mancini and defenders of the connecting factor of domicile as Savigny. More and more conflicts involving multijurisdictional legal business have become a constant reality submitted to the domestic courts of the countries, so that habitual residence emerges as a solution to the dichotomy existing between nationality and domicile. In this context, the purpose of this dissertation is to analyze the incidence of the connection factor of habitual residence in the globalized world and the incidence of habitual residence in Brazilian private international law. In order to develop the proposed objectives, the study is divided into two chapters. The first chapter addresses the doctrinal debate existing in the definition of habitual residence as connecting factor, as well as the relation that has with the domicile - differentiating domicile in countries of *common law* of *civil law*. In this first moment there is also the analysis of the emergence of habitual residence as an connecting factor to determine the applicable law, its first uses by the Hague Conventions, provisions in internal legislation of different countries and also in a unional scope through the European Union. The second chapter focuses on the incidence of habitual residence in Brazilian private international law with its prediction in conventions already ratified by Brazil, as well as the recognition of this connecting factor in the Brazilian scenario. It also includes the study of Brazilian judges who have already used the criterion of habitual residence and the future of this connecting factor in Brazilian private international law. It analyzes the attempts to update the Brazilian private international law that have already predicted the insertion of the connecting factor of habitual residence in a subsidiary form to the domicile. In conclusion, it is noticed that the legislative update of Brazilian private international law must insert the connecting factor of habitual residence, rising in the world today, with primacy, and not in a subsidiary way as the previous projects. The primacy of habitual residence allows the application of the law closest to the person's life or to the multi-connected legal relationship, and also harmonizes private international law, allowing domicile and nationality to be used in a subsidiary manner.

Keywords: Habitual residence. Connecting factor. Private international law. Globalization. Harmonization.

RESUMEN

Con la globalización y el constante aumento del flujo internacional, tanto de bienes como de personas, se observó el incremento de los negocios jurídicos con conexión internacional. La elección de la ley aplicable a los estatutos personales se dividió doctrinariamente entre defensores del punto de conexión nacionalidad, como Mancini, y defensores del punto de conexión domicilio, como Savigny. Cada vez más conflictos que involucran negocios jurídicos multijurisdiccionales se han convertido en una realidad sometida a los tribunales internos de los países, de modo que la residencia habitual surge como una solución a la dicotomía existente entre nacionalidad y domicilio. En este contexto, la finalidad de la presente disertación es analizar la incidencia del punto de conexión residencia habitual en el mundo globalizado y la incidencia de la residencia habitual en el derecho internacional privado brasileño. Para desarrollar los objetivos propuestos, el estudio se divide en dos capítulos. En el primer capítulo se aborda el debate doctrinario existente en la definición de residencia habitual como punto de conexión, así como la relación que posee con el domicilio - diferenciándose domicilio en países de common law y de civil law. En este primer momento se produce también el análisis del surgimiento de la residencia habitual como punto de conexión a determinar la ley aplicable, sus primeros usos por los Convenios de La Haya, previsiones en legislaciones internas de diferentes países y también en el ámbito unional a través de la Unión Europea. El segundo capítulo se refiere a la incidencia de la residencia habitual en el derecho internacional privado brasileño con su previsión en convenciones ya ratificadas por Brasil, así como al reconocimiento de este elemento de conexión en el escenario brasileño. Comprende, además, el estudio de juzgados brasileños que ya utilizaron el criterio de la residencia habitual y el futuro de este punto de conexión en el derecho internacional privado brasileño. Se destacan los intentos de actualización de la Ley de Introducción a las Normas del Derecho Brasileño que ya predijeron la inserción del punto de conexión residencia habitual de forma subsidiaria al domicilio. En conclusión, se tiene que la actualización legislativa del derecho internacional privado brasileño debe insertar el elemento de conexión residencia habitual, en ascenso en el mundo actualmente, con primacía, y no de modo subsidiario como los proyectos anteriores. La primacía del criterio residencia habitual permite la aplicación de la ley más próxima a la vida de la persona o a la relación jurídica multiconectada, y armoniza el derecho internacional privado, permitiendo que el domicilio y la nacionalidad se utilicen de modo subsidiario.

Palabras-claves: Residencia habitual. Punto de conexión. Derecho internacional privado. Globalización. Armonización.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGU	Advocacia Geral da União
CC	Código Civil
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CIDIP	Conferência Interamericana de Direito Internacional Privado
CF	Constituição Federal
CIJ	Corte Internacional de Justiça
DIPr	Direito Internacional Privado
LICC	Lei de Introdução ao Código Civil
LINDB	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
MPF	Ministério Público Federal
OEA	Organização dos Estados Americanos
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
TRFs	Tribunais Regionais Federais
TRF 1	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
TRF 2	Tribunal Regional Federal da 2ª Região
TRF 3	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
TRF 4	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
TRF 5	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
TUE	Tratado da União Europeia
UE	União Europeia

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1. A RESIDÊNCIA HABITUAL COMO ELEMENTO DE CONEXÃO DO MUNDO GLOBALIZADO	19
1.1. A definição de residência habitual como elemento de conexão do mundo globalizado.....	20
1.1.1. A definição de residência habitual no Direito Internacional Privado.....	21
1.1.2. A relação entre a residência habitual e o domicílio a partir da diferença conceitual existente entre países de <i>common law</i> e de <i>civil law</i>	43
1.2. O surgimento e a ascensão da residência habitual como elemento de conexão no direito internacional privado.....	60
1.2.1. As primeiras utilizações da residência habitual e a sua previsão em legislações nacionais	61
1.2.2. A residência habitual como elemento de conexão no direito internacional privado da União Europeia	81
2. A RESIDÊNCIA HABITUAL COMO ELEMENTO DE CONEXÃO NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO	101
2.1. A ascensão da residência habitual como elemento de conexão no direito internacional privado brasileiro.....	102
2.1.1. A evolução histórica dos elementos de conexão no direito internacional privado brasileiro e a emersão da residência habitual	103
2.1.2. As convenções internacionais ratificadas pelo Brasil que preveem a residência habitual como elemento de conexão.....	121
2.2. A incidência da residência habitual como elemento de conexão em decisões proferidas pelos tribunais brasileiros e o seu futuro no direito internacional privado interno.....	143
2.2.1. A aplicação da residência habitual pelos tribunais brasileiros	144
2.2.2. O futuro da residência habitual como elemento de conexão no direito internacional privado brasileiro.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
REFERÊNCIAS	195

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com a globalização¹ e o constante aumento do fluxo internacional, tanto de mercadorias como de pessoas, observou-se o incremento dos negócios jurídicos internacionais². Esta realidade exigiu dos Estados uma nova postura enquanto ator internacional³, evidenciando a necessidade de uma revisão da visão tradicional de soberania absoluta, “que passou a sofrer um processo de relativização, na medida em que são admitidas intervenções no plano nacional, em prol da proteção dos direitos humanos”⁴, de modo que passa a ser possível, quando violados estes direitos, uma responsabilização internacional.

A fim de solucionar eventuais litígios multiconectados, técnicas jurídicas foram criadas para determinar qual deveria ser o juiz competente para solucionar este litígio, bem como determinar a lei de que Estado deveria ser aplicada, e ainda de que forma uma decisão do Estado A poderia ser reconhecida e executada, eventualmente, em um Estado B. Este panorama comporta os três principais objetivos do direito internacional privado⁵.

Assim, diante de uma relação jurídica multiconectada, ou seja, uma relação jurídica que possua um elemento de estraneidade, é preciso uma averiguação preliminar a fim de

¹ Conforme Carlos Roberto Husek, “a globalização refere-se a uma realidade econômica, social, política, educacional que domina os governos, as academias, as empresas e as mais pequenas relações comunitárias. Trata-se de um único modelo, uma única peça para vestir o corpo multifacetário da sociedade”. HUSEK, Carlos Roberto. Os deserdados da globalização e o direito internacional. In: ALARCON, Rosana Bastos; FERREIRA, Carolina Iwancow; OLIVEIRA, Ana Carla Ribeiro de (Coords.). *Atualidades do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016. p. 55.

² Andrea Bonomi afirma que “a globalização é um fenômeno extremamente complexo, de natureza sobretudo econômica e social, cujos fatores mais significativos são a redução das barreiras aos intercâmbios internacionais de bens e serviços, a instauração de novos modelos transnacionais de produção, a expansão das comunicações e a criação de uma sociedade da informação de alcance mundial”. Estes fatores resultam em “um aumento das relações privadas transfronteiriças, tanto em âmbito mercantil e trabalhista quanto em âmbito familiar e sucessório”. BONOMI, Andrea. Globalização e Direito Internacional Privado. In: POSENATO, Naiara (Org.). *Contratos internacionais: tendências e perspectivas. Estudos de direito internacional privado e de direito comparado*. Ijuí: Unijuí, 2006. p. 159.

³ Percebe-se que “as relações privadas têm se tornado cada vez mais complexas, pois além de envolverem diversos atores internacionais que interagem em âmbito global, abarcam também uma enorme gama de situações juridicamente múltiplas e que exigem respostas elucidativas à luz do Direito estatal”. COSTA, José Augusto Fontoura; GABRIEL, Vivian Daniele Rocha. Direito Internacional Privado e Ordem Pública. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito Internacional Privado: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes, 2015. p. 49.

⁴ SOUZA, Gustavo Henrique Campos. A adoção internacional no direito comunitário europeu: uma análise crítica do caso Romênia. In: MONACO, Gustavo Ferraz de Campos; MOURA RAMOS, Rui Manuel (Orgs.). *Aspectos da Unificação Europeia do Direito Internacional Privado*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 353.

⁵ André de Carvalho Ramos defende que “no século XXI, o Direito Internacional Privado (DIPr) apresenta-se marcado pela pluralidade de objetos, abrangendo (i) a escolha de uma regra de regência sobre fatos transnacionais; (ii) a fixação de uma jurisdição para solucionar eventuais litígios sobre tais fatos; (iii) o estudo da implementação de decisões estrangeiras em outro Estado (cooperação jurídica internacional entre Estados) e (iv) para parte da doutrina, a nacionalidade e condição jurídica do estrangeiro”. RAMOS, André de Carvalho. Nota introdutória: o direito internacional privado e seus desafios. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito internacional privado: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 01.

determinar a lei a ser aplicável para solucionar o direito material questionado. Os critérios de conexão não se destinam à resolução material do conflito, possuindo o objetivo de apenas determinar a aplicação da lei de um Estado. Uma lei destinada a resolver um conflito que possua conexão internacional deve ordenar o critério que irá determinar o direito material aplicável, se o direito do foro ou o direito estrangeiro.

Este estudo se propõe à análise da determinação da lei aplicável a partir das tendências modernas do direito internacional privado⁶. Esta disciplina separou defensores do elemento de conexão nacionalidade, como Pasquale Stanislao Mancini⁷, e defensores do elemento de conexão domicílio, como Friedrich Carl von Savigny⁸. Atualmente, no entanto, emerge o elemento de conexão residência habitual, surgindo como uma alternativa à dicotomia clássica existente.

Diante das dificuldades práticas que a aplicação do elemento de conexão nacionalidade enfrentava em determinadas matérias, e das divergências conceituais existentes do elemento de conexão domicílio, surge, timidamente, em 1956, o elemento de conexão residência habitual na Convenção da Haia relativa à Lei Aplicável em Matéria de Prestação de Alimentos a Menores⁹. Em 1961, sua presença é ratificada na Convenção da Haia relativa à Competência das Autoridades e à Lei Aplicável em Matéria de Proteção de Menores. Ambas adotaram a residência habitual do menor como critério determinador da lei aplicável.

A residência habitual surge como um critério flexível, capaz de permitir a busca do melhor interesse da criança¹⁰, tendo em vista que o direito de família sofreu o fenômeno da

⁶ Tatyana Scheila Friedrich afirma que o “Direito Internacional Privado surgiu e se consolidou em função da vontade humana de interagir, da curiosidade em relação ao que lhe é diferente, das vantagens em se realizar trocas de mercadorias além das fronteiras e da necessidade de buscar um local melhor para se viver. E a movimentação humana gera uma série de outras relações e forma um mosaico de legislações que potencialmente podem ter incidência sobre elas”. FRIEDRICH, Tatyana Scheila. Uma introdução contemporânea ao direito internacional privado. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito internacional privado: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 22.

⁷ Ver mais em: MANCINI, Pasquale Stanislao. *Direito Internacional*. Tradução Ciro Mioranza. Ijuí: Unijuí, 2003.

⁸ Ver mais em: SAVIGNY, Friedrich Karl Von. *Sistema do Direito Romano Atual*. Tradução Ciro Mioranza. Ijuí: Unijuí, 2004.

⁹ Convenção relativa à Lei Aplicável em Matéria de Prestação de Alimentos à Menores, de 24 de outubro de 1956. Disponível em: <<https://www.hcch.net/en/instruments/conventions/full-text/?cid=37>> Acesso em: 13 mar. 2017.

¹⁰ Conforme Karine Boselli, é preciso mencionar inicialmente a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, de 1923 e que foi adotada pela Sociedade das Nações em 1924. “Essa Declaração reconheceu que a criança deveria ser protegida independentemente de qualquer consideração quanto à raça, nacionalidade ou crença, assim como deveria ser auxiliada, respeitando-se a integridade da família. Seu desenvolvimento deveria ocorrer de maneira normal, suprimindo-se qualquer demanda material, moral ou espiritual. A criança, ademais, deveria ser alimentada, tratada, auxiliada e reeducada, e o órfão e o abandonado deveriam ser recolhidos. Em tempos de infortúnio, a criança deveria ser a primeira a receber socorros, assim como deveria ser colocada em condições de, no momento oportuno, ganhar a sua vida, sendo protegida contra qualquer exploração”. BOSELLI, Karine Maria Famer Rocha. A filiação matrimonial e suas presunções. In: FULCHIRON, Hugues; MONACO,

despatrimonialização, “passando a ser pautado muito mais pelos conceitos de afeto e solidariedade e pelo princípio da Dignidade da Pessoa Humana”¹¹. Diante do reconhecimento e da necessidade de proteção às crianças, consideradas como indivíduos em desenvolvimento, é preciso que três aspectos sejam observados, quando da garantia dos seus direitos: “a dignidade da pessoa humana, a autonomia (também entendida como a individualidade da criança) e o desenvolvimento da personalidade”¹².

A fundamentação que defende a incidência do elemento de conexão residência habitual possui correspondência com o princípio da proximidade¹³ no direito internacional privado, que consiste na aplicação do sistema jurídico ou da lei que forem mais próximos do fato, devendo o tomador de decisão executar um “teste da conexão mais próxima e verdadeira”¹⁴. O princípio da proximidade seria amplo, uma vez que defende a utilização da lei mais próxima, independentemente de ser a lei da nacionalidade, do domicílio ou da residência habitual. Já esta surge como um critério apto a aproximar a aplicação da lei do Estado que possuir uma conexão mais próxima à relação jurídica multiconectada, atuando como uma vertente do princípio da proximidade¹⁵.

Gustavo Ferraz de Campos (Orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos, seus deveres*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 193.

¹¹ BOSELLI, Karine Maria Famer Rocha. A filiação matrimonial e suas presunções. In: FULCHIRON, Hugues; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos, seus deveres*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 190.

¹² Ainda sobre o tema, Fabiana das Graças Alves Garcia afirma que “na atualidade, a proteção jurídica dispensada à infância apresenta-se intimamente relacionada ao princípio de interesse maior — ou superior — da criança, também denominado melhor interesse da criança no ordenamento brasileiro”. A autora considera este como um princípio jurídico-formal no qual “o interesse superior da criança deve atuar como critério orientador na resolução dos casos concretos, ou seja, como um standard hermenêutico, que obriga que se recorra à ponderação dos interesses conexos com os bens prioritários da criança, quais sejam a vida, liberdade, integridade etc., no contexto dos bens e interesses relevantes nos casos ou situações analisados”. GARCIA, Fabiana das Graças Alves. Guarda internacional de crianças. In: FULCHIRON, Hugues; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos, seus deveres*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 269.

¹³ Ver mais em: VALENTE DOS REIS, Gabriel. O direito internacional privado e a teoria das qualificações: uma revisão do método conflitual a partir do princípio da proximidade. *Revista de Direito do Estado*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. p. 293-325.

¹⁴ VALENTE DOS REIS, Gabriel. O direito internacional privado e a teoria das qualificações: uma revisão do método conflitual a partir do princípio da proximidade. *Revista de Direito do Estado*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. p. 298.

¹⁵ Gabriel Valente dos Reis afirma que a utilização do domicílio e da residência habitual visam garantir a aplicação da lei mais próxima, destacando, no entanto, aspectos negativos que derivam de suas aplicações, especificamente em matéria de sucessões internacionais: “A principal vantagem do domicílio e da residência habitual é a proximidade com o contexto em que o de cujus estava inserido. Por outro lado, a facilidade de modificação torna esses critérios mais instáveis no tempo. Se a morte ocorre imediatamente após a mudança de domicílio ou residência, a aplicação da lei nova pode ser inesperada (nesse aspecto, é uma possibilidade de política legislativa o estabelecimento de um prazo mínimo para que se considere a nova residência). A existência de múltiplas residências também pode gerar dificuldades de determinação daquela que deva ser considerada. Já a nacionalidade oferece maior estabilidade e, geralmente, é mais fácil de ser determinada, embora nem sempre denote um vínculo de proximidade com a realidade social do de cujus”. VALENTE DOS REIS, Gabriel. A lei aplicável às sucessões internacionais: por uma interpretação razoável do art. 5º, XXXI, da Constituição. In: FULCHIRON, Hugues; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos,*

A utilização de um critério flexível, tal como a residência habitual, “teve como base a constatação de que a aplicação da lei mais próxima é sempre mais adequada para solução de questões referentes às relações entre pais e filhos, por ser mais apta à análise do que será mais conveniente para o interesse da criança”¹⁶. Desde as suas primeiras previsões, a residência habitual tem sido utilizada em convenções internacionais, em atualizações de legislações internas de determinados países, e ainda, no direito internacional privado da União Europeia¹⁷, onde tornou subsidiário o elemento de conexão nacionalidade.

Destaca-se que este estudo adotará a utilização do termo “unional” em substituição ao termo “comunitário”, observando que em 1992 o Tratado da União Europeia, conhecido como Tratado de Maastricht, determinou no seu artigo “A” que as partes contratantes instituíam entre si “uma União Europeia, adiante designada por «União»”, e assinalou “uma nova etapa no processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões serão tomadas ao nível mais próximo possível dos cidadãos”¹⁸.

Este estudo pretende solucionar o seguinte problema de pesquisa: o elemento de conexão residência habitual corresponde, de fato, a uma tendência moderna do direito

seus deveres. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 317. Ainda neste sentido, Tatyana Scheila Friedrich dispõe: “Busca-se a aplicação do ordenamento jurídico mais próximo ao caso, com foco num resultado final que respeita e promove a dignidade humana, recorrendo-se, quando necessário, à aplicação das exceções de ordem pública e normas imperativas. Almeja-se também normas cada vez mais harmonizadas, através da celebração de Convenções Internacionais entre os diversos Estados”. FRIEDRICH, Tatyana Scheila. Uma introdução contemporânea ao direito internacional privado. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito internacional privado: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 23.

¹⁶ Fabiana das Graças Alves Garcia afirma: “Tratando-se especificamente de questão atinente aos direitos da criança no tocante ao direito de convivência familiar, é a proximidade à criança que deverá servir de base para a escolha da lei aplicável, sendo que tal proximidade não deverá ser aferida com base na nacionalidade, mas, sim, pelo local da residência habitual”. GARCIA, Fabiana das Graças Alves. Guarda internacional de crianças. In: FULCHIRON, Hugues; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos, seus deveres*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 280.

¹⁷ A integração exigia novas posturas da União Europeia em áreas como o direito de família, em que a nacionalidade atuava como um elemento de conexão limitador da livre circulação e, portanto, contrário às premissas da integração. Conforme Érika Maeoka, “nota-se que, no âmbito da União Europeia ocorreu uma verdade revolução em matéria de Direito de Família, devido à liberdade de circulação e estabelecimento em todo o território ter gerado com mais frequência as situações nas quais os membros de uma família estão dispersos em diversos Estados do espaço comunitário”. MAEOKA, Érika. A proteção internacional da criança em matéria de responsabilidade parental no âmbito da União Europeia. In: MONACO, Gustavo Ferraz de Campos; MOURA RAMOS, Rui Manuel (Orgs.). *Aspectos da Unificação Europeia do Direito Internacional Privado*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 331.

¹⁸ UNIÃO EUROPEIA. Tratado da União Europeia, de 07 de fevereiro de 1992. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:11992M/TXT>> Acesso em: 26 nov. 2017. Observa-se o avanço da integração regional que resultou no surgimento da União Europeia: “A formação dos mercados de bloco tem início com o processo de desenvolvimento econômico, sendo o primeiro a ter um sucesso significativo o Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) no ano de 1948. Logo, seguindo o mesmo caminho do Benelux, surge o Mercado Comum Europeu, criado através do Tratado de Roma em 1957, vindo a se transformar logo em seguida em Comunidade Europeia. Surge, então, a União Europeia sendo o seu tratado assinado em 1992, na cidade de Maastricht, e efetivado em 1993”. FURTADO, Rogério Dourado. A necessidade de uma soberania compartilhada para a constituição de mercados de bloco. In: ALARCON, Rosana Bastos; FERREIRA, Carolina Iwancow; OLIVEIRA, Ana Carla Ribeiro de (Coords.). *Atualidades do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016. p. 317.

internacional privado, capaz de superar a dicotomia existente entre os elementos de conexão nacionalidade e domicílio, já sendo incidente no ordenamento jurídico brasileiro e consagrando a sua presença no futuro do direito internacional privado do país?

O objetivo geral consiste, então, na análise da incidência do elemento de conexão residência habitual no direito internacional privado brasileiro, eventualmente através da sua previsão na legislação positiva interna, abordando a possibilidade de que futuramente a residência habitual conquiste a preferência do legislador nacional. Como objetivos específicos, observa-se a conceituação e delimitação da expressão “residência habitual”, questão ainda controversa doutrinariamente; a análise do surgimento deste elemento de conexão e ainda a sua ascensão no ambiente internacional; a averiguação da incidência deste elemento de conexão no direito internacional privado brasileiro e os desenvolvimentos que este já alcançou no país, para que eventualmente, então, analise-se a possibilidade da sua presença em uma futura atualização da disciplina no país.

Para tanto, o método de abordagem a ser utilizado será o dedutivo, uma vez que se partirá de uma análise geral da residência habitual como elemento de conexão no direito internacional privado e a sua ascensão a nível mundial, até premissas particulares, com foco na residência habitual como elemento de conexão no direito internacional privado brasileiro em si, através de convenções incorporadas pelo Brasil e a sua incidência em decisões proferidas por tribunais nacionais. O método de procedimento utilizado será a análise bibliográfica de doutrina nacional e estrangeira especializada, de legislações aplicadas e de jurisprudência, bem como convenções internacionais, realizando-se uma pesquisa de caráter exploratório.

Para alcançar os objetivos propostos, o estudo foi dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo destina-se à residência habitual como elemento de conexão do mundo globalizado, enquanto o segundo capítulo destina-se à residência habitual como elemento de conexão no direito internacional privado brasileiro, especificamente.

O primeiro capítulo deste estudo subdivide-se em duas seções. A primeira destina-se à análise da definição de residência habitual enquanto elemento de conexão, diante da sua complexidade conceitual, apesar da aparente simplicidade. Assim, através da conceituação será analisada a relação existente entre a residência habitual e o domicílio, a partir da diferença conceitual existente entre países de *common law* e países de *civil law*. A segunda seção deste capítulo destina-se ao surgimento e à ascensão da residência habitual como elemento de conexão no direito internacional privado do mundo globalizado, a partir das suas primeiras utilizações por meio das Convenções da Haia e a sua previsão em diferentes

legislações nacionais, abordando-se, também, a incidência da residência habitual como elemento de conexão predominante no direito internacional privado da União Europeia, o que marcou o seu no mundo atual.

O segundo capítulo deste estudo também se subdivide em duas seções. A primeira seção destina-se à ascensão da residência habitual como elemento de conexão no direito internacional privado brasileiro. Para tanto, inicialmente, será analisada a evolução histórica da disciplina no país, através da previsão da nacionalidade até a alteração legislativa que adotou o elemento de conexão domicílio, que perdura até os dias atuais como o elemento de conexão a determinar a lei aplicável aos estatutos pessoais. A incidência da residência habitual no Brasil não pode ser observada através de sua positivação na legislação interna, mas sim através da presença deste elemento de conexão em convenções que já foram incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro, e que serão, então, detalhadas. Assim, a segunda seção deste capítulo destina-se à análise da incidência da residência habitual em decisões já proferidas pelos tribunais brasileiros que aplicaram, eventualmente, uma convenção já incorporada, e que analisaram a expressão “residência habitual” a partir de sua conceituação e da determinação específica de um local como o Estado da residência habitual da pessoa. A análise, então, será do futuro do direito internacional privado brasileiro, observando a presença do elemento de conexão residência habitual em propostas de atualização da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e sugerindo-se a inserção da residência habitual com primazia.

Uma vez verificada a aceitação internacional da residência habitual como elemento de conexão, é que se busca investigar este elemento no direito internacional privado brasileiro e analisar como a residência habitual é acolhida doutrinariamente no país e de que modo está sendo utilizada em decisões já proferidas, uma vez que o Brasil é signatário de convenções internacionais que determinam a sua aplicação. Esta análise se demonstra cada vez mais necessária.

Esta pesquisa apresenta relevante importância ao desenvolvimento e aprimoramento do direito internacional privado brasileiro. Isto porque diante dos grandes debates, que antes dividiam os países entre adeptos do elemento de conexão nacionalidade e adeptos do elemento de conexão domicílio, a residência habitual ascende como uma alternativa a esta dicotomia. A utilização da residência habitual permite conciliar a existência dos elementos de conexão nacionalidade e domicílio, a partir da utilização destes critérios de modo subsidiário, ou seja, o país concede primazia à residência habitual, e pode manter, eventualmente, um critério subsidiário tal como a nacionalidade ou o domicílio.

A ascensão da residência habitual evidencia a busca por uma harmonização¹⁹ do direito internacional privado, a partir do reconhecimento da necessidade de cooperação internacional entre os países, para que estes consigam efetivar a garantia de direitos na prática internacional, uma vez que, diante da flexibilização das fronteiras, “o problema quanto à efetividade da justiça, em uma sociedade globalizada, vai além e alcança horizontes ainda mais distantes e torna-se um desafio ao direito internacional”²⁰.

Como exemplo, observam-se as previsões das Convenções da Haia, que buscaram harmonizar o direito internacional privado em matérias envolvendo crianças e direito de família, a partir de uma cooperação internacional entre os países e do estabelecimento de uma Autoridade Central que seria responsável por esta cooperação. Observou-se que as convenções que se limitavam a determinar o direito aplicável ou a jurisdição não possuíam a mesma efetividade do que as convenções que, de fato, criavam mecanismos de cooperação internacional.

A análise da residência habitual à luz do direito internacional privado brasileiro se torna fundamental, observando-se como este critério já foi aplicado pelos tribunais brasileiros, a conceituação adotada e os determinantes considerados para o fim de determinação de um local como a residência habitual de uma pessoa. A presença deste elemento de conexão pode ser observada, até mesmo, nas propostas que tentaram atualizar a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que mantiveram a primazia do elemento de conexão domicílio, e inseriram o elemento de conexão residência habitual subsidiariamente. O futuro do direito internacional privado brasileiro não poderá ignorar o elemento de conexão residência habitual, assim como o direito internacional privado *lato sensu* não o tem ignorado.

¹⁹ Paulo Borba Casella explica a diferenciação existente entre harmonização e uniformização: “A harmonização dirá respeito às normas de conflito ou normas de direito internacional privado, permanecendo intocadas as normas nacio-nais de direito material. Na medida em que sejam harmônicas as normas de conflito, eliminar-se-ão os conflitos de leis quer positivos como negativos, permitindo remeter ao direito material diretamente. O processo é, teórica como conceitualmente, mais fácil que tentativas de unificação de direito, na medida em que circunscreve a atuação a alguns dispositivos, de diferentes direitos nacionais, de natureza conflitual, sem afetar o bojo dos sistemas nacionais, de caráter material, mas seu alcance, por vezes, padecerá das limitações decorrentes de sua própria extensão. A unificação comporta a substituição dos anteriores dispositivos nacionais por novas normas, previamente negociadas e acordadas, que eliminam os conflitos, na medida em que a mesma norma, seja conflitual como material, passa a ter vigência entre os diferentes Estados, o que, normalmente, operará por meio de convenção internacional”. CASELLA, Paulo Borba. Modalidades de harmonização, unificação e uniformização do direito – o Brasil e as convenções interamericanas de direito internacional privado. In: ARAUJO, Nadia de Araujo; CASELLA, Paulo Borba (Orgs.). *Integração jurídica interamericana: as Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPS) e o direito brasileiro*. São Paulo: LTr, 1998, p. 78.

²⁰ VASSOLE, Gilberto Figueiredo; VASSOLE, Mariana Knudsen. A importância da cooperação jurídica internacional para a efetividade do acesso à justiça. In: ALARCON, Rosana Bastos; FERREIRA, Carolina Iwancow; OLIVEIRA, Ana Carla Ribeiro de (Coords.). *Atualidades do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016. p. 170.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do direito internacional privado busca-se a resposta para três questões que são fundamentais em relações jurídicas multiconectadas: a determinação do juiz competente para decidir o caso; a determinação da lei a ser aplicável; e o reconhecimento e a execução de decisões em outros Estados ou proferidas por outros Estados. A globalização⁵⁸¹ diluiu as fronteiras estatais, ampliando as relações jurídicas submetidas à apreciação do direito internacional privado, tornando comum uma relação que antes era considerada rara. A circulação de pessoas foi ampliada, assim como a circulação de produtos, exigindo dos Estados uma proteção que vai além das suas fronteiras.

O direito internacional privado⁵⁸² que, tradicionalmente, enfrentava a dicotomia existente entre os elementos de conexão nacionalidade e domicílio, observou, no surgimento do elemento de conexão residência habitual, uma alternativa vantajosa.

O julgamento do caso *Boll*⁵⁸³ representou um marco histórico para o surgimento do elemento de conexão residência habitual ao demonstrar a ineficácia do elemento de conexão nacionalidade na garantia do melhor interesse da criança. A opção adotada, ao afastar a nacionalidade, foi a inserção do critério da residência habitual do menor, que permitia a aplicação da lei do Estado que mantivesse vínculos mais estreitos com a realidade em que a criança estava acostumada. As primeiras utilizações do elemento de conexão residência

⁵⁸¹ Como afirma Carlos Roberto Husek: “A verdade está no fato que a globalização transforma a concepção do mundo, de um planeta com diversos países, culturas, línguas e economias diversas, em uma realidade única ou quase única: as culturas se inter-relacionam, se misturam e acabam tendo elementos comuns; [...] as economias - dos diversos países - são vasos comunicantes, independentemente do regime político, e é certo que nenhum país pode administrar sua economia - criar moedas, estabelecer preços e tributos, pagar salários, etc. - sem influência dos fatores econômicos das sociedades em territórios vizinhos, dos grandes bancos e empresas mundiais, das necessidades internas e internacionais e das produções industriais, para descrever o menos em matéria tão complexa, que envolve a macro e a microeconomia”. HUSEK, Carlos Roberto. Os deserdados da globalização e o direito internacional. In: ALARCON, Rosana Bastos; FERREIRA, Carolina Iwancow; OLIVEIRA, Ana Carla Ribeiro de (Coords.). *Atualidades do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016. p. 57.

⁵⁸² Evidencia-se um cenário de globalização que intensificou as relações jurídicas submetidas à apreciação do direito internacional privado: “No mundo contemporâneo vislumbra-se uma ampla internacionalização das relações privadas. Ao mesmo tempo em que empresas possuem filiais em todo o mundo, bem como acionistas de várias nacionalidades, o ser humano desloca-se com maior facilidade e já não mais reside para sempre no território em que nasceu, possuindo, até mesmo, residência e bens em diversos países. O fato é que os conflitos na vida privada passaram a se multiplicar na seara externa ao longo dos tempos conforme as relações privadas internacionais foram se intensificando, o que exige uma solução por parte dos ordenamentos jurídicos nacionais sobre qual lei será aplicável à determinada relação, se a estrangeira ou a nacional, se a sentença proferida em outro Estado pode ser internalizada no foro nacional ou se os atos praticados no exterior são válidos e poderão produzir efeitos após a sua internalização”. COSTA, José Augusto Fontoura; GABRIEL, Vivian Daniele Rocha. *Direito Internacional Privado e Ordem Pública*. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito Internacional Privado: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes, 2015. p. 58.

⁵⁸³ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. Case concerning the Application of the Convention of 1902 governing the Guardianship of Infants (Netherlands v. Sweden). Judgment of November 28th, 19j8: I.C.J. Reports 1958, p. 55-73.

habitual ocorreram através das Convenções da Haia, que objetivavam harmonizar o direito internacional privado referente a determinadas matérias.

A ineficácia do elemento de conexão nacionalidade para a garantia do melhor interesse da criança e a resistência de alguns Estados na adoção do elemento de conexão domicílio, diante das divergências conceituais que este apresentou – evidenciadas entre o sistema jurídico da *common law* e o sistema jurídico da *civil law* – incentivou o surgimento de um elemento de conexão que possuísse maior aptidão em um mundo globalizado. A residência habitual, assim, representou a busca pelo melhor interesse da criança, através de um critério flexível, que fornecesse liberdade ao tomador de decisão para aplicação da lei do Estado mais próximo à realidade do menor, e não necessariamente à realidade do pai ou da mãe.

Conforme Karine Boselli, “na atualidade, em consonância com o Princípio do Melhor Interesse da Criança, surge um novo ambiente doutrinário que amplia as regras de conexão aplicáveis”, de modo que se tem discutido “acerca da relativização do elemento de conexão domiciliar, aplicando-se a lei que for mais favorável à criança”⁵⁸⁴.

Representou também a busca das Convenções da Haia na harmonização das normas de direito internacional privado, uma vez que a utilização do elemento de conexão nacionalidade afastaria Estados que adotavam o elemento de conexão domicílio, e a utilização do elemento de conexão domicílio afastaria Estados que adotavam o elemento de conexão nacionalidade.

A residência habitual utiliza, assim, a fundamentação do princípio da proximidade no direito internacional privado, juntamente com a fundamentação da teoria de Friedrich Carl von Savigny. O princípio da proximidade por se entender que deve ser aplicada a lei que possuir uma relação mais próxima à vida da pessoa e a fundamentação da teoria de Savigny ao entender que existe um critério apto a garantir esta proximidade – neste caso, a residência habitual da pessoa. A flexibilidade existente na expressão “residência habitual” ao condicionar a determinação do local à análise das circunstâncias de cada caso é uma consequência da busca por uma harmonização do direito internacional privado, atuando a residência habitual como uma alternativa à dicotomia existente entre a nacionalidade e o domicílio.

⁵⁸⁴ BOSELLI, Karine Maria Famer Rocha. A filiação matrimonial e suas presunções. In: FULCHIRON, Hugues; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos, seus deveres*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 208.

Este estudo pretendeu solucionar o seguinte problema de pesquisa: o elemento de conexão residência habitual corresponde, de fato, a uma tendência moderna do direito internacional privado, capaz de superar a dicotomia existente entre os elementos de conexão nacionalidade e domicílio, já sendo incidente no ordenamento jurídico brasileiro e consagrando a sua presença no futuro do direito internacional privado do país?

Para tanto, teve como objetivo analisar o elemento de conexão residência habitual e a sua incidência no direito internacional privado brasileiro, através da sua previsão em convenções já incorporadas pelo ordenamento jurídico do país, abordando, ainda, a possibilidade de que futuramente seja inserido nas normas internas de direito internacional privado.

O primeiro capítulo do estudo buscou analisar o elemento de conexão residência habitual em si, a partir da sua conceituação e da relação que mantém com o elemento de conexão domicílio, principalmente a partir da divergência conceitual que o termo “domicílio” enfrenta entre o sistema jurídico da *common law* e o sistema jurídico da *civil law*. Ainda no primeiro capítulo, analisou-se o surgimento do elemento de conexão residência habitual, a partir da sua primeira previsão ocorrida na Convenção da Haia de 1956, e os motivos que fundamentaram a inserção de um critério “novo” e não a utilização de critérios já consagrados no direito internacional privado, como a nacionalidade e o domicílio.

Desde então, diversas foram as convenções internacionais que utilizaram com primazia o elemento de conexão residência habitual, sendo possível encontrar a sua previsão em legislações nacionais atualizadas de direito internacional privado, e ainda, nas normas de direito internacional privado da União Europeia.

Com o desenvolvimento do primeiro capítulo, foi possível concluir que o elemento de conexão residência habitual constitui, de fato, uma tendência moderna do direito internacional privado e que surgiu com o intuito de aplicar a lei mais próxima à realidade da pessoa ou da relação jurídica, tal como fundamentava a teoria de Savigny e tal como fundamenta o princípio da proximidade. A utilização do elemento de conexão residência habitual possuía, também, o objetivo de harmonizar o direito internacional privado, por meio das Convenções da Haia, a partir de um critério que fosse, aparentemente, neutro diante da dicotomia nacionalidade e domicílio.

Na prática, observou-se uma aproximação entre Estados que, por intermédio da incorporação das Convenções da Haia aos seus ordenamentos jurídicos internos, passaram a adotar o mesmo elemento de conexão para determinadas matérias – o elemento de conexão residência habitual. Diante deste cenário, foi possível concluir, ainda no primeiro capítulo,

que a incidência do elemento de conexão residência habitual atua como uma alternativa à dicotomia clássica do direito internacional privado, que dividia adeptos do elemento de conexão nacionalidade e adeptos do elemento de conexão domicílio.

O segundo capítulo do estudo destinou-se, desta forma, à análise da incidência do elemento de conexão residência habitual especificamente no direito internacional privado brasileiro. Para tanto, inicialmente destacou-se a evolução histórica do direito internacional privado no país, a fim de compreender a prevalência inicial do elemento de conexão nacionalidade até a sua substituição, em 1942, pelo elemento de conexão domicílio, que vige até os dias atuais. Esta evolução histórica permite compreender que a inserção do elemento de conexão residência habitual tal como foi proposta na parte final deste estudo era possível e não era contrária às teorias que fundamentaram o direito internacional privado brasileiro.

Passou-se, então, à análise das convenções incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro que preveem o elemento de conexão residência habitual, de modo que a sua incidência na realidade brasileira já pode ser observada, ainda que inexista previsão concreta na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. A incidência do elemento de conexão residência habitual no direito internacional privado brasileiro é evidenciada pela quantidade significativa de decisões já proferidas pelos tribunais brasileiros que se destinaram à determinação do local da residência habitual da pessoa a partir da aplicação de Convenção da Haia. Ainda que outras convenções, que preveem o elemento de conexão residência habitual, já tenham sido incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro, todas as decisões encontradas buscavam a determinação do local da residência habitual da criança, com base na Convenção da Haia sobre Sequestro Internacional de Crianças, de 1980. O objetivo desta convenção é a determinação do retorno imediato da criança para o país da sua última residência habitual antes do ato ilícito⁵⁸⁵ – país que possuirá a jurisdição e a lei aplicável ao caso, a sua guarda e a regulamentação de visitas. A partir da análise das fundamentações destas decisões restou evidente a divergência existente entre os próprios operadores do direito quanto à compreensão da expressão “residência habitual”.

A parte final do segundo capítulo procurou, desta forma, analisar o futuro do direito internacional privado no Brasil, observando as propostas de atualização da Lei de Introdução

⁵⁸⁵ Cynthia Soares Carneiro e Eliana Miki Tashiro Nakamura afirmam: “O objetivo fundamental da Convenção de Haia sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Interparental é a garantia do bem-estar da criança, que pode ser abalado quando existe a separação do casal e o deslocamento de sua residência habitual. Aliás, sem que exista a prévia decisão legal sobre a guarda, em consequência, também não estará regulamentado o direito de visita do outro genitor”. CARNEIRO, Cynthia Soares; NAKAMURA, Eliana Miki Tashiro. O Sequestro civil de crianças e adolescentes: as famílias transnacionais nos tribunais brasileiros e o avanço da cooperação jurídica internacional. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito Internacional Privado: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 259.

às Normas do Direito Brasileiro, que já inseriram em seus textos a previsão do elemento de conexão residência habitual. Nestas propostas, no entanto, a residência habitual foi inserida como um critério subsidiário ao elemento de conexão domicílio, o que resultaria em uma limitação da sua eficácia.

Este estudo propôs, assim, uma redação normativa que atualizaria as previsões do direito internacional privado no Brasil, harmonizando a norma interna brasileira com as previsões adotadas nas convenções internacionais – algumas que até já foram incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro – e ainda com a tendência moderna do direito internacional privado, em que se observa a ascensão da residência habitual e da autonomia da vontade das partes. A proposta sugerida, assim, inseriria a primazia do elemento de conexão residência habitual, mantendo a previsão do domicílio de modo subsidiário, uma vez que o contrário não faria sentido.

A utilização do elemento de conexão residência habitual de forma subsidiária é contrária aos fundamentos que justificam a incidência deste elemento de conexão no direito internacional privado moderno. O primeiro fundamento – a aplicação da lei mais próxima à pessoa, capaz de garantir a consideração do melhor interesse da criança – seria afastado com a subsidiariedade da residência habitual, uma vez que a sua aplicação ficaria condicionada à não existência de domicílio (ou nacionalidade) e não à busca da lei mais próxima. O segundo fundamento – harmonização no direito internacional privado atuando como alternativa à dicotomia existente entre nacionalidade e domicílio – também seria afastado, uma vez que a subsidiariedade da residência habitual pressuporia a primazia do domicílio (ou da nacionalidade), subsistindo a dicotomia e dificultando a harmonização.

Dessa forma, a incidência do elemento de conexão residência habitual para que cumpra efetivamente com os objetivos que justificaram o seu surgimento, deve ocorrer com primazia, e não como um critério subsidiário. Assim, a primazia do elemento de conexão residência habitual nas normas de direito internacional privado aproximaria os países que antes se dividiam entre adeptos do elemento de conexão nacionalidade e adeptos do elemento de conexão domicílio – não impedindo que estes tradicionais elementos de conexão do direito internacional privado sejam mantidos, porém como critérios subsidiários à residência habitual. Na prática, seria possível visualizar uma aproximação entre estes países, ainda que adotassem elementos de conexão subsidiários distintos (Estado A adota subsidiariamente a nacionalidade e Estado B adota subsidiariamente o domicílio), através da primazia comum do elemento de conexão residência habitual.

Por fim, retoma-se o problema de pesquisa apresentado nas considerações iniciais deste estudo: o elemento de conexão residência habitual corresponde, de fato, a uma tendência moderna do direito internacional privado, capaz de superar a dicotomia existente entre os elementos de conexão nacionalidade e domicílio, já sendo incidente no ordenamento jurídico brasileiro e consagrando a sua presença no futuro do direito internacional privado do país?

A ascensão do elemento de conexão residência habitual é uma tendência observada no direito internacional privado moderno, a partir da sua previsão em um número expressivo de convenções internacionais, sendo possível encontrar a sua previsão também em legislações nacionais atualizadas de direito internacional privado e ainda a sua primazia no direito internacional privado da União Europeia, que tornou o elemento de conexão nacionalidade subsidiário. A fundamentação que resultou no surgimento do elemento de conexão residência habitual torna possível a compreensão de que este possui a função de harmonizar o direito internacional privado, atuando como uma alternativa à dicotomia clássica que dividiu Estados entre aqueles adeptos do elemento de conexão nacionalidade e adeptos do elemento de conexão domicílio.

Diante da inaptidão dos elementos de conexão nacionalidade e domicílio, seja por não garantir o melhor interesse da criança ou por não apresentar um conceito uniforme, é que se observou necessária a emersão de um critério que promovesse a aplicação da lei mais próxima à relação jurídica internacional, em conformidade com o princípio da proximidade, e também que refletisse uma busca pela harmonização do direito internacional privado tal como propôs Savigny. Surge, assim, o elemento de conexão residência habitual.

A sua incidência no direito internacional privado brasileiro já é evidenciada através da aplicação de convenções internacionais que utilizaram este elemento de conexão e que já foram incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro e aplicadas por julgadores. A determinação do local da residência habitual de uma pessoa pelos tribunais brasileiros ocorre, no entanto, com pequenas divergências que modificam e, por vezes, fogem à essência deste elemento de conexão.

Deste modo, a proposta de atualização do direito internacional privado brasileiro feita na parte final deste estudo ratifica que a previsão do elemento de conexão residência habitual deva ocorrer com primazia, a fim de que sejam assegurados os objetivos que fundamentaram o surgimento e a aplicação deste elemento de conexão. A primazia da residência habitual, que não proíbe a previsão subsidiária do domicílio ou da nacionalidade, permitiria a aplicação da lei mais próxima à vida da pessoa ou à relação jurídica multiconectada, e ainda harmonizaria o direito internacional privado.

A residência habitual é o elemento de conexão do direito internacional privado moderno, sendo considerado como o elemento de conexão que atende aos requisitos de uma sociedade globalizada, reconhecendo a aplicação do direito estrangeiro e ainda ampliando a possibilidade de reconhecimento das decisões proferidas por outros Estados diante da utilização de um elemento de conexão comum. Não há como garantir efetiva proteção aos direitos básicos existentes em uma sociedade globalizada, sem a busca por uma harmonização do direito internacional privado e por uma cooperação internacional.

É preciso modificar “o sistema simples, rígido e quase rudimentar do direito internacional privado brasileiro”⁵⁸⁶ a fim de que possa ser harmonizado com a nova realidade. O futuro do direito internacional privado brasileiro não poderá ignorar o elemento de conexão residência habitual, assim como, o direito internacional privado *lato sensu* não o tem ignorado.

⁵⁸⁶ Como afirma Fabiana das Graças Alves Garcia, “com base na premissa de que o processo de escolha da lei aplicável às questões de direito de família que envolvem também os interesses de crianças deve ser orientado por valores eudemonistas, que reconheçam funcionalidade à família, assim como a seus membros, buscando-se, acima de tudo, a aplicação da lei material mais adequada para assegurar os interesses da criança e não os interesses de seus genitores, impõe-se a conclusão de que o sistema simples, rígido e quase rudimentar do direito internacional privado brasileiro necessita ser modificado a fim de se harmonizar com a nova realidade”. GARCIA, Fabiana das Graças Alves. Guarda internacional de crianças. In: FULCHIRON, Hugues; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos, seus deveres*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 280.

REFERÊNCIAS

ALEMANHA, *Einführungsgesetz zum Bürgerlichem Gesetzbuche* (EGBGB – Lei de Introdução ao Código Civil), de 21 de setembro de 1994. Disponível em: <<https://www.gesetze-im-internet.de/bgbeg/BJNR006049896.html>> Acesso em: 15 mar. 2017.

ALMEIDA, Marcus Elidius Michelli de. Incorporação do tratado pelo ordenamento jurídico interno. In: ALARCON, Rosana Bastos; FERREIRA, Carolina Iwancow; OLIVEIRA, Ana Carla Ribeiro de (Coords.). *Atualidades do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016. p. 255-265.

ALMEIDA, Ricardo Ramalho. A convenção interamericana sobre domicílio das pessoas físicas em direito internacional privado. In: ARAUJO, Nádida de Araujo; CASELLA, Paulo Borba (Orgs.). *Integração jurídica interamericana: as Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPS) e o direito brasileiro*. São Paulo: LTr, 1998. p. 212-220.

AMORIM, Edgar Carlos de. *Direito Internacional Privado*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

ARAÚJO, Nádida de. *Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

_____. A autonomia da vontade no direito brasileiro e sua expansão para o direito de família internacional: as novidades na área de cobrança de alimentos internacionais. In: GRUNDMANN, Stefans; MENDES, Gilmar; MARQUEUS, Claudia Lima; BALDUS, Christian; MALHEIROS, Manuel. (Orgs.). *Direito privado, Constituição e fronteiras*. 2ª ed. v. 1. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014. p. 423-440.

_____. A necessária mudança do artigo 9º da LINDB: o avanço que faltava para a consagração da autonomia da vontade no DIPr brasileiro. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito internacional privado: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 289-309.

ARAÚJO, Nádida de; GAMA JUNIOR, Lauro. A escolha da lei aplicável aos contratos do comércio internacional: os futuros princípios da Haia e as perspectivas para o Brasil. *Revista de Arbitragem e Mediação*. São Paulo: Revista dos Tribunais. v. 34. 2012. p. 11 – 41.

ARAÚJO, Nádida de; VARGAS, Daniela. Comentário ao REsp 1.239.777: o dilema entre a pronta devolução e a dilação probatória na Convenção da Haia sobre os aspectos civis do sequestro internacional de menores. *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*. v. 14. São Paulo: Associação de Direito de Família e das Sucessões. 2012. p. 117-137.

ARGENTINA. Ley nº 26.994 de 18 de dezembro de 2014. Código Civil y Comercial de la Nación. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/235000-239999/235975/norma.htm>> Acesso em: 26 nov. 2017.

AUDIT, Bernard. *Droit International Privé*. Paris: Economica, 2008.

ÁUSTRIA. Internationale Privatrecht Gesetz – IPR-Gesetz – Código de Direito Internacional Privado, de 15 de junho de 1978. Disponível em: <http://ec.europa.eu/civiljustice/index_pt.htm> Acesso em: 05 jan. 2017.

BASEDOW, Jürgen. Berichte: Kodifizierung des europäischen internationalen Privatrechts? *Rabels Zeitschrift für ausländisches und internationales Privatrecht (RabelsZ)*. Mohr Siebeck: 2011. p. 671-676.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BELANDRO, Ruben S. Santos. Convención interamericana sobre obligaciones alimentarias. In: ARAUJO, Nadia de Araujo; CASELLA, Paulo Borba (Orgs.). *Integração jurídica interamericana: as Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPS) e o direito brasileiro*. São Paulo: LTr, 1998. p. 514-536.

BÉLGICA, Código IPR de Direito Internacional Privado, de 27 de julho de 2004. Disponível em: <http://ec.europa.eu/civiljustice/index_pt.htm> Acesso em: 05 jan. 2017.

BENTWICH, Norman. Recent developments of the principle of domicile in English law. v. 87. *Collected Courses of the Hague Academy of International Law*. The Hague Academy of International Law. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/1875-8096_pplrdc_ej.9789028612426.117_190> Acesso em: 26 nov. 2017. p. 121-189.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Princípios elementares de direito internacional privado*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1938.

_____. *Direito Internacional Privado*. Campinas: RED Livros, 2002.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 4.ed. Brasília: Unb, 1994.

BONI, Andrea de; FERRERO, Marco. Dalla cittadinanza etno-nazionale alla cittadinanza di residenza. *Diritto, Immigrazione e Cittadinanza*. Anno V. n. 4. Milano: Franco Angeli, 2004.

BONOMI, Andrea. Globalização e Direito Internacional Privado. In: POSENATO, Naiara (Org.). *Contratos internacionais: tendências e perspectivas. Estudos de direito internacional privado e de direito comparado*. Ijuí: Unijuí, 2006. p. 159-186.

BONOMI, Andrea. *Relatório explicativo do Protocolo de 23 de novembro de 2007 sobre a lei aplicável às obrigações alimentares. Conferência da Haia de Direito Internacional Privado*. Editado pelo Secretariado Permanente da Conferência. Scheveningseweg 6. Haia: 2013. Disponível em: <<https://www.hcch.net/pt/publications-and-studies/details4/?pid=4898>> Acesso em: 10 out. 2017.

BOSELLI, Karine Maria Famer Rocha. A filiação matrimonial e suas presunções. In: FULCHIRON, Hugues; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos, seus deveres*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 186-212.

BOUCAULT, Carlos E. A convenção interamericana sobre conflito de leis em matéria de adoção – CIDIP III – e seu reflexo no direito brasileiro. In: ARAUJO, Nadia de Araujo;

CASELLA, Paulo Borba (Orgs.). *Integração jurídica interamericana: as Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPS) e o direito brasileiro*. São Paulo: LTr, 1998. p. 499-513.

BOZIN-ODHIAMBO, Danielle. Re-examining habitual residence as the sole connecting factor in Hague Convention child abduction cases. *Family Law Review*. v. 3. n. 1. Austrália: 2012. p. 4-17.

BRASIL, Constituição Política Do Imperio do Brazil, de 25 de março de 1824. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I. Manda observar a Constituição Política do Imperio, offerecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em: 26 nov. 2017.

BRASIL, Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Introdução ao Código Civil de 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm> Acesso em: 26 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 18.871 de 13 de agosto de 1929. Promulga a Convenção de Direito Internacional Privado, concluída em Havana, em 20 de fevereiro de 1928. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18871-13-agosto-1929-549000-publicacaooriginal-64246-pe.html>> Acesso em: 26 nov. 2017.

BRASIL, Decreto-Lei nº 4.657 de 04 de setembro de 1942, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm> Acesso em: 26 nov. 2017.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 26 nov. 2017.

BRASIL. Exposição de Motivos nº 547, de 6 de dezembro de 1994, elaborada pelo Ministro de Estado da Justiça, Alexandre de Paula Dupeyrat Martins. Diário do Congresso Nacional. Seção I. Ano L. n 26. Brasília, 1995.

BRASIL. Decreto nº 1.212 de 03 de agosto de 1994. Promulga a Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores, adotada em Montevideú, em 15 de julho de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d1212.htm> Acesso em: 26 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 1.979 de 09 de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de Direito Internacional Privado, concluída em Montevideú, Uruguai, em 08 de maio de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1979.htm> Acesso em: 26 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 2.429 de 17 de dezembro de 1997. Promulga a Convenção Interamericana sobre Conflito de Leis em Matéria de Adoção de Menores, concluída em La Paz, em 24 de maio de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2429.htm> Acesso em: 26 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 2.740 de 20 de agosto de 1998. Promulga a Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores, assinada na Cidade do México em 18 de março de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2740.htm> Acesso em: 26 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 3.413 de 14 de abril de 2000. Promulga a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3413.htm> Acesso em: 26 nov. 2017.

BRASIL, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em: 15 mar. 2017.

BRASIL. Decreto nº 9.176, de 19 de outubro de 2017. Promulga a Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e o Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, firmados pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 23 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9176.htm> Acesso em: 26 nov. 2017.

CALVO CARAVACA, Alfonso-Luis. Residencia habitual y ley aplicable a la sucesión mortis causa internacional. In: JAEGER JUNIOR, Augusto (Org.). *Europeização da Parte Geral do Direito Internacional Privado: estudos sobre uma codificação do Direito Internacional Privado na União Europeia através de um Regulamento Roma Zero*. Porto Alegre: Editora RJR, 2016. p. 79-116.

CAMARGO, Solano de. O direito da criança de ser ouvida – aspectos internacionais. In: FULCHIRON, Hugues; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos, seus deveres*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 243-263.

CARELLA, Gabriella. La Convenzione dell' Aja del 1980 sugli aspetti civili della sottrazione Internazionale di minori. *Rivista di diritto Internazionale privato e processuale*. Anno XXX, n. 4, ottobre-dicembre. Cedan: Padova, 1994.

CARNEIRO, Cynthia Soares; NAKAMURA, Eliana Miki Tashiro. O sequestro civil de crianças e adolescentes: as famílias transnacionais nos tribunais brasileiros e o avanço da cooperação jurídica internacional. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito Internacional Privado: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 254-269.

CÁRNIO, Thaís Cíntia. *Contratos internacionais: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2009.

CARRASCOSA GONZÁLEZ, Javier. El concepto de residencia habitual del causante en el reglamento sucesorio europeo. *Barataria. Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales*. n. 19. España: 2015. p. 15-35.

CARREIRA, Carlos Eduardo de Castro e Silva. O princípio da autonomia da vontade no direito internacional privado brasileiro: do *locus* obrigacional a novo axioma das relações

privadas familiares transnacionais na pós-modernidade. In: MENEZES, Wagner (Org.). *Direito internacional em expansão*. v. 12. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017. p. 651-662.

CARVALHO, David França Ribeiro de. O tratamento da adoção internacional no plano internacional: o direito da Convenção da Haia sobre Proteção das Crianças e Cooperação em matéria de Adoção Internacional, de 1993. In: FULCHIRON, Hugues; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos, seus deveres*. São Paulo: Intelecto, 2016. p. 213-242.

CASELLA, Paulo Borba. Modalidades de harmonização, unificação e uniformização do direito – o Brasil e as convenções interamericanas de direito internacional privado. In: ARAUJO, Nadia de Araujo; CASELLA, Paulo Borba (Orgs.). *Integração jurídica interamericana: as Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPS) e o direito brasileiro*. São Paulo: LTr, 1998. p. 77-105.

CASSIN, René. La nouvelle conception du domicile dans le règlement des conflits de lois v. 34. *Collected Courses of the Hague Academy of International Law*. The Hague Academy of International Law. Consulted online on 27 November 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/18758096_pplrdc_ej.9789028607125.655_809> Acesso em: 26 nov. 2017. p. 659-809.

CAVALLIERI, Leila Arruda. *O direito internacional e a criança: adoção transnacional e nacionalidade do adotando*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.

_____. A elitização da adoção internacional por força da obrigatoriedade do estágio de convivência. In: MENEZES, Wagner; ANUNCIAÇÃO, Clodoaldo Silva da; VIEIRA, Gustavo Menezes (Orgs.). *Direito internacional em expansão*. v. III. Anais do 12º Congresso Brasileiro de Direito Internacional. Belo Horizonte: Arraes, 2014. p. 443-451.

_____. Evolução do conceito de adoção internacional na doutrina e no direito brasileiros. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito internacional privado: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 219-232.

_____. A adoção internacional realizada no Brasil e o subsídio de leis estrangeiras que possam contribuir para a consecução da medida. In: MENEZES, Wagner (Org.). *Direito internacional em expansão*. v. VIII. Anais do 14º Congresso Brasileiro de Direito Internacional. Belo Horizonte: Arraes, 2016. p. 60-75.

_____. A aquisição de nacionalidade pelo adotando na adoção internacional: o contributo ao direito internacional pela interdisciplinaridade, através de outros ramos do direito. In: MENEZES, Wagner (Org.). *Direito internacional em expansão*. v. 12. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017. p. 404-420.

CAVERS, David F. *Habitual Residence: A Useful Concept*. Am. U. L. v. 21, 1971. p. 475-493.

COSTA, José Augusto Fontoura; GABRIEL, Vivian Daniele Rocha. Direito Internacional Privado e Ordem Pública. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito Internacional Privado: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes, 2015. p. 48-59.

COSTA, José Augusto Fontoura. Convenção interamericana sobre restituição internacional de menores. In: ARAUJO, Nadia de Araujo; CASELLA, Paulo Borba (Orgs.). *Integração jurídica interamericana: as Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPS) e o direito brasileiro*. São Paulo: LTr, 1998. p. 537-563.

DAL RI JUNIOR, Arno. *Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais, globais*. Ijuí: Unijuí. 2ª ed. 2003.

DAVI, Angelo; ZANOBETTI, Alessandra. Il nuovo diritto internazionale privato delle successioni nell'unione europea. *Cuadernos de Derecho Transnacional*. v. 5. n. 2. Madrid: 2013. p. 5-139.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza; JAEGER JUNIOR, Augusto. *Curso de Direito Internacional Privado*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. *O MERCOSUL e a nacionalidade: estudo à luz do direito internacional*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

DOLINGER, Jacob. Convenção interamericana sobre normas gerais de direito internacional privado. In: ARAUJO, Nadia de Araujo; CASELLA, Paulo Borba (Orgs.). *Integração jurídica interamericana: as Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPS) e o direito brasileiro*. São Paulo: LTr, 1998. p. 181-211.

_____. *Direito Internacional Privado: parte geral*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

_____. Direito Internacional Privado: o princípio da proximidade e o futuro da humanidade. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro. 2004. p 239-246.

DUTTA, Anatol. Der gewöhnliche Aufenthalt – Bewährung und Perspektiven eines Anknüpfungsmoments im Lichte der Europäisierung des Kollisionsrechts. *Praxis des Internationalen Privat- und Verfahrensrechts*. IPRax. Heft 02, 2017. p. 139-145.

FAWCETT, James; CARRUTHERS, Janeen. *Cheshire, North & Fawcett: private international law*. v. 14. Oxford: Oxford University Press, 2008.

FERNANDEZ ARROYO, Diego P. et al. *Derecho internacional privado de los estados del Mercosur: Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay*. Buenos Aires: Zavalia, 2003.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. Uma introdução contemporânea ao direito internacional privado. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito internacional privado: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 22-47.

FURTADO, Rogério Dourado. A necessidade de uma soberania compartilhada para a constituição de mercados de bloco. In: ALARCON, Rosana Bastos; FERREIRA, Carolina Iwancow; OLIVEIRA, Ana Carla Ribeiro de (Coords.). *Atualidades do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016. p. 315-318.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Convenção da Haia de 1980 e as noções conceituais de guarda e visita. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito internacional privado: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 233-253.

GARCIA, Fabiana das Graças Alves. Guarda internacional de crianças. In: FULCHIRON, Hugues; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos, seus deveres*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 264-282.

GOLDSTEIN, Gérald. The Concepts of Habitual Residence and Ordinary Residence in Light of Quebec Civil Law, the Divorce Act and the Hague Conventions of 1980 and 1996. *Department of Justice Canada*. 2006. Disponível em: <http://www.justice.gc.ca/eng/rp-pr/fl-lf/divorce/rthro_qc/index.html> Acesso em: 26 nov. 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil brasileiro: parte geral*. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2003.

GRAVESON, Ronald Harry. *Conflict of laws: private international law*. Indiana: Sweet & Maxwell, 1974.

GRIMMEIß, Maximilian. *The effectiveness of habitual residence as a connecting factor in the conflict of laws*. Munich: GRIN Verlag, 2014.

HUSEK, Carlos Roberto. Os deserdados da globalização e o direito internacional. In: ALARCON, Rosana Bastos; FERREIRA, Carolina Iwancow; OLIVEIRA, Ana Carla Ribeiro de (Coords.). *Atualidades do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016. p. 55-59.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. Case concerning the Application of the Convention of 1902 governing the Guardianship of Infants (Netherlands v. Sweden). Judgment of November 28th, 1958: I.C.J. Reports 1958, p. 55-73.

IRLANDA. Succession Act, Part VIII, Conflict of Laws relating to Testamentary Dispositions, 1965. An act to reform the law relating to succession to the property of deceased persons and, in particular, the devolution, administration, testamentary disposition and distribution on intestacy of such property, and to provide for related matters. Disponível em: <<http://www.irishstatutebook.ie/eli/1965/act/27/enacted/en/html>> Acesso em: 14 fev. 2017.

IRLANDA. *The law reform commission: domicile and habitual residence*. 1983. Disponível em: <http://www.lawreform.ie/_fileupload/consultation%20papers/wpHabitualResidence.htm> Acesso em: 15 mar. 2017.

ITÁLIA, Lei nº 218, 31 de maio de 1995. Riforma del sistema italiano di diritto internazionale privato. Disponível em: <http://www.trentininelmondo.it/cittadinanza/documenti/L_31_5_1995_218.pdf> Acesso em: 05 jan. 2017.

JACQUES BRAUNER, Daniela Correa. A contribuição dos processos de integração - União Europeia e Mercosul - para a superação das dificuldades de aplicação da Convenção da Haia sobre aspectos civis do sequestro internacional de crianças. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS*. Porto Alegre. v. 10. n. 1. 2015. p. 265-297.

JAEGER JUNIOR, Augusto (Org.). *Europeização da parte geral do direito internacional privado: estudos sobre uma codificação do direito internacional privado na União Europeia através de um Regulamento Roma Zero*. Porto Alegre: Editora RJR, 2016.

JAEGER JUNIOR, Augusto. *Europeização do Direito Internacional Privado: caráter universal da lei aplicável e outros contrastes com o ordenamento jurídico brasileiro*. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. Europeização da Parte Geral do Direito Internacional Privado: Regulamento de Sucessões e um Renascimento do Reenvio. In: MENEZES, Wagner; VASCONCELOS, Raphael; TIBURCIO, Carmen (Orgs.). *Panorama do direito internacional privado atual e outros temas contemporâneos*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 55-68.

_____. *Temas de direito da integração e comunitário*. São Paulo: LTr, 2002.

JANIS, Mark Weston. *International Law*. New York: Aspen Publishers, 2008.

JAYME, Erik. Party Autonomy in International Family and Succession Law: new tendencies. *Yearbook of Private International Law*. Germany: European law publishers & Swiss Institute of Comparative Law, 2009.

_____. Direito internacional privado e integração: as convenções europeias. In: ARAUJO, Nadia de Araujo; CASELLA, Paulo Borba (Orgs.). *Integração jurídica interamericana: as Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPS) e o direito brasileiro*. São Paulo: LTr, 1998. p. 106-116.

LEIDENS, Leticia Virgina. A residência habitual na Convenção de Haia de 1980: um diálogo com o instituto civil domicílio. In: MENEZES, Wagner (Org.). *Direito internacional em expansão*. v. 12. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017. p. 505-515.

MAEOKA, Érika. A proteção internacional da criança em matéria de responsabilidade parental no âmbito da União Europeia. In: MONACO, Gustavo Ferraz de Campos; MOURA RAMOS, Rui Manuel (Orgs.). *Aspectos da Unificação Europeia do Direito Internacional Privado*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 327-350.

MAGALHÃES, José Carlos. O mundo do século XXI. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito internacional privado: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 08-21.

MANCINI, Pasquale Stanislao. *Direito Internacional*. Tradução Ciro Mioranza. Ijuí: Unijuí, 2003.

MANKO, Rafal. Habitual residence as connecting factor in EU civil justice measures. *Library Briefing*: Library of the european parliament, 2013.

MARKY, Thomas. *Curso Elementar de Direito Romano*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARQUES, Cláudia Lima. A Convenção de Haia de 1993 e o regime da adoção internacional no Brasil após a aprovação do novo Código Civil Brasileiro em 2002. *Cadernos*

do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS. Porto Alegre: PPGDir./UFRGS, v. 2, n. 4, 2004.

MARQUES, Claudia Lima; ZANCHET, Marília (Coords.). Proposta de redação de nova Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro. Grupo de Estudos sobre a Lei de Introdução ao Código Civil PPGD/UFRGS. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS*. Porto Alegre. 2004. p. 115-168.

MEDAGLIA, Ivo de Paula. A liberdade das partes como critério de determinação do direito aplicável às obrigações contratuais de acordo com o Regulamento Roma I. In: MONACO, Gustavo Ferraz de Campos; MOURA RAMOS, Rui Manuel (Orgs.). *Aspectos da Unificação Europeia do Direito Internacional Privado*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 159-179.

MEINERO, Fernando Pedro. *Sucessões internacionais no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2017.

MENEZES, Wagner. Cooperação jurídica internacional e seus paradoxos. In: MENEZES, Wagner; RAMOS, André de Carvalho (Orgs.). *Direito internacional privado e a nova cooperação jurídica internacional*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 17-52.

MERCOSUL. Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul, de 23 de julho de 1998. Promulgado pelo governo brasileiro em 04 de junho de 2003 através do Decreto nº 4.719.

MICHAELS, Ralf. The new European Choice-of-Law Revolution. *Tulane law review*. 2008, v. 82, n. 05.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. *Guarda Internacional de Crianças*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

_____. *A proteção da criança no cenário internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

_____. Direito internacional privado da família: influências da história e da geografia do Brasil. In: FULCHIRON, Hugues; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos, seus deveres*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 03-28.

MOTA, Helena. A autonomia conflitual e o reenvio no âmbito do Regulamento (UE) n.º 650/2012 do PE e do Conselho, de 4 de Julho de 2012. *Revista eletrônica de direito*. n. 1. Porto: 2014. p. 01-22.

MOURA RAMOS, Rui Manuel. Introdução ao direito internacional privado da União Europeia: da interacção originária do direito internacional privado e do direito comunitário à criação de um direito internacional privado da União Europeia. In: MONACO, Gustavo Ferraz de Campos; MOURA RAMOS, Rui Manuel (Orgs.). *Aspectos da Unificação Europeia do Direito Internacional Privado*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 3-61.

NAZO, Georgette Nacarato. *Adoção internacional: valor e importância das convenções internacionais vigentes no Brasil*. São Paulo: O. Mendes. 1997.

OLIVEIRA, Renata Fialho de. *Harmonização Jurídica no Direito Internacional*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____. *Interpretação e aplicação de convenções internacionais em matéria substantiva, processual e conflitual: autonomia, internacionalidade, uniformidade e a almejada convergência internacional dos julgados*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

PAÍSES BAIXOS, Wet houdende algemene bepalingen der wetgeving van het Koninkrijk. Disponível em: <http://ec.europa.eu/civiljustice/index_pt.htm> Acesso em: 05 jan. 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 24^a ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011.

PIMENTA BUENO, José Antônio. *Direito internacional privado e aplicação de seus princípios com referência às leis particulares do Brasil*. Rio de Janeiro: Thypographia Imp. e Const. De J. Villeneuve, 1863.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 14^a ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

POLÔNIA, Lei de 12 de novembro de 1965. Disponível em: <http://ec.europa.eu/civiljustice/index_pt.htm> Acesso em: 05 jan. 2017.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Nacionalidade de origem e naturalização no direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1935.

PORTUGAL, Código Civil. Disponível em: <http://ec.europa.eu/civiljustice/index_pt.htm> Acesso em: 05 jan. 2017.

RAMONET, Ignacio. *Geopolítica do Caos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

RAMOS, André de Carvalho. Estatuto pessoal no direito internacional privado: evolução e perspectivas no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito Universidade de São Paulo*. v. 110. jan./dez. 2015. p. 451-470.

_____. Nota introdutória: o direito internacional privado e seus desafios. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito internacional privado: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 01-07.

_____. Direito internacional privado e a ambição universalista. In: MENEZES, Wagner; VASCONCELOS, Raphael; TIBURCIO, Carmen (Orgs.). *Panorama do direito internacional privado atual e outros temas contemporâneos*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 14-33.

_____. Direito internacional privado e seus aspectos processuais: a cooperação jurídica internacional. In: MENEZES, Wagner; RAMOS, André de Carvalho (Orgs.). *Direito internacional privado e a nova cooperação jurídica internacional*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 02-16.

RAMOS, Mariana dos Anjos. O paradigma da soberania e a cooperação jurídica internacional. In: MENEZES, Wagner; RAMOS, André de Carvalho (Orgs.). *Direito internacional privado e a nova cooperação jurídica internacional*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 115-133.

RECHSTEINER, Beat Walter. *Direito Internacional Privado: teoria e prática*. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

REPÚBLICA CHECA, Lei nº 97 de 1963. Lei relativa ao direito internacional privado e ao direito processual. Disponível em: <http://ec.europa.eu/civiljustice/index_pt.htm> Acesso em: 05 jan. 2017.

REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 11ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

RODAS, João Grandino; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. *Conferência da Haia de Direito Internacional Privado: a participação do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

ROGERSON, Pippa. *Collier's conflict of laws*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

_____. Habitual Residence: The New Domicile?. *The International and Comparative Law Quarterly*. v. 49. n. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 86-107.

RUHL, Giesela. Party autonomy in the private international law of contracts: transatlantic convergence and economic efficiency. *Comparative Research in Law & Political Economy*. Research paper nº 4. Toronto: 2007.

SAMTLEBEN, Jurgen. A codificação interamericana do direito internacional privado e o Brasil. In: ARAUJO, Nadia de Araujo; CASELLA, Paulo Borba (Orgs.). *Integração jurídica interamericana: as Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPS) e o direito brasileiro*. São Paulo: LTr, 1998. p. 25-45.

SAVIGNY, Friedrich Karl Von. *Sistema do Direito Romano Atual*. Tradução Ciro Mioranza. Ijuí: Unijuí, 2004.

SCALERSKY, Fernanda Sirotsky. A internacionalização do direito contratual europeu e a sua influência para o direito internacional privado. In: MONACO, Gustavo Ferraz de Campos; MOURA RAMOS, Rui Manuel (Orgs.). *Aspectos da Unificação Europeia do Direito Internacional Privado*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 116-143.

SERPA LOPES, Miguel Maria. *Comentários à Lei de Introdução ao Código Civil*. v. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.

SIQUEIROS, José Luis. El aporte del sistema interamericano al desarrollo del derecho internacional privado. In: ARAUJO, Nadia de Araujo; CASELLA, Paulo Borba (Orgs.). *Integração jurídica interamericana: as Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPS) e o direito brasileiro*. São Paulo: LTr, 1998. p. 148-169.

SOUZA, Gustavo Henrique Campos. A adoção internacional no direito comunitário europeu: uma análise crítica do caso Romênia. In: MONACO, Gustavo Ferraz de Campos; MOURA RAMOS, Rui Manuel (Orgs.). *Aspectos da Unificação Europeia do Direito Internacional Privado*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 351-376.

STAHLI, Jorge. Integración y globalización: relaciones peligrosas. In: ALTERINI, Atilio; NICOLAU, Noemi (Directores). *El derecho privado ante la internacionalidade, la integración y la globalización: homenaje al profesor Miguel Angel Ciuro Caldani*. Buenos Aires: La Ley, 2005. p. 229-242.

STEIGER, M. W. de. *Explanatory Report on the 1961 Hague Protection of Minors Convention*. Hague: HCCH Publications, 1961. Disponível em: <<https://www.hcch.net/en/publications-and-studies/details4/?pid=2944>> Acesso em: 26 nov. 2017.

STEINER, Renata T. Autonomia (privada) no direito internacional das famílias. In: FULCHIRON, Hugues; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos, seus deveres*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 29-52.

STORY, Joseph. *Commentaries on the conflict of laws: foreign and domestic in regards contracts, rights, and remedies, and especially in regard to marriages, divorces, wills, successions, and judgments*. Boston: Hilliard, Gray and Company, 1834.

STRENGER, Irineu. *Direito internacional privado: parte geral*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2ª ed. 1986.

SUÍÇA. Federal Act on Private International Law, 1987.

TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Código civil: esboço*. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Brasília: Serviço de documentação, 1952.

TENÓRIO, Oscar. *Direito internacional privado*. v. 2. 11ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

TIBÚRCIO, Carmen. Uma análise comparativa entre as convenções da CIDIP e as convenções da Haia – o direito uniformizado comparado. In: ARAUJO, Nadia de Araujo; CASELLA, Paulo Borba (Orgs.). *Integração jurídica interamericana: as Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado (CIDIPS) e o direito brasileiro*. São Paulo: LTr, 1998. p. 46-76.

TOZO, Ricardo Rodrigo Marino. Os tratados internacionais de Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro. In: ALARCON, Rosana Bastos; FERREIRA, Carolina Iwancow; OLIVEIRA, Ana Carla Ribeiro de (Coords.). *Atualidades do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016. p. 301-314.

UNIÃO EUROPEIA, Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=OJ:C:2016:202:TOC>> Acesso em: 26 nov. 2017.

UNIÃO EUROPEIA. Tratado da União Europeia, de 07 de fevereiro de 1992. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:11992M/TXT>> Acesso em: 26 nov. 2017.

UNIÃO EUROPEIA, Regulamento nº 593/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008, sobre a lei aplicável às obrigações contratuais (Roma I). Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32008R0593>> Acesso em: 26 nov. 2017.

UNIÃO EUROPEIA, Regulamento nº 864/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, relativo à lei aplicável às obrigações extracontratuais (Roma II). Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32007R0864>> Acesso em: 26 nov. 2017.

UNIÃO EUROPEIA. Resolução nº 2140/2009 do Parlamento Europeu, de 7 de setembro de 2010, sobre a aplicação e revisão do Regulamento (CE) n.º 44/2001 do Conselho, relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial (2009/2140(INI)).

UNIÃO EUROPEIA, Regulamento nº 4/2009 do Conselho, de 18 de dezembro de 2008, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32009R0004>> Acesso em: 26 nov. 2017.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento nº 1186/2009 do Conselho, de 16 de novembro de 2009, relativo ao estabelecimento do regime comunitário das franquias aduaneiras. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1511713985764&uri=CELEX:32009R1186>> Acesso em: 26 nov. 2017.

UNIÃO EUROPEIA, Regulamento nº 1259/2010 do Conselho, de 20 de dezembro de 2010, que cria uma cooperação reforçada no domínio da lei aplicável em matéria de divórcio e separação judicial. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:OJ.L_.2010.343.01.0010.01.POR> Acesso em: 26 nov. 2017.

UNIÃO EUROPEIA, Regulamento nº 650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1511713615720&uri=CELEX:32012R0650>> Acesso em: 26 nov. 2017.

UNIÃO EUROPEIA, Regulamento nº 1103/2016 do Conselho, de 24 de junho de 2016, que implementa a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32016R1103>> Acesso em: 26 nov. 2017.

UNIÃO EUROPEIA, Regulamento nº 1104/2016 do Conselho, de 24 de junho de 2016, que implementa a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do

reconhecimento e da execução de decisões em matéria de efeitos patrimoniais das parcerias registradas. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32016R1104>> Acesso em: 26 nov. 2017.

VALENTE DOS REIS, Gabriel. O direito internacional privado e a teoria das qualificações: uma revisão do método conflitual a partir do princípio da proximidade. *Revista de Direito do Estado*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. p. 293-325.

_____. A lei aplicável às sucessões internacionais: por uma interpretação razoável do art. 5º, XXXI, da Constituição. In: FULCHIRON, Hugues; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos, seus deveres*. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 310-327.

VALLADÃO, Haroldo. *Direito Internacional Privado: introdução e parte geral*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

_____. Lei geral de aplicação das normas jurídicas. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. v. 60. São Paulo, 1965. p. 121-131.

_____. Conséquences de la difference de nationalité ou du domicile des époux sur les effets et la dissolution du mariage. v. 105. *Collected Courses of the Hague Academy of International Law*. The Hague Academy of International Law. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/1875-8096_pplrdc_ej.9789028614222.069_171> Acesso em: 26 nov. 2017. p. 75-171.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. Premissas fundamentais do direito internacional privado. In: MENEZES, Wagner; VASCONCELOS, Raphael; TIBURCIO, Carmen (Orgs.). *Panorama do direito internacional privado atual e outros temas contemporâneos*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 34-54.

_____. O Direito Internacional Privado e a proteção do ser humano: a falácia da novidade. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito internacional privado: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 270-288.

VASSOLE, Gilberto Figueiredo; VASSOLE, Mariana Knudsen. A importância da cooperação jurídica internacional para a efetividade do acesso à justiça. In: ALARCON, Rosana Bastos; FERREIRA, Carolina Iwancow; OLIVEIRA, Ana Carla Ribeiro de (Coords.). *Atualidades do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016. p. 168-177.

VISCHER, Frank. Drafting national legislation on conflict of laws: The Swiss experience. *Law & Contemporary Problems*. v. 41. n. 2. Durham: 1977. p. 131-146.

YIDENG, Liu. *O conceito de residência habitual no direito internacional privado*. Macao Law: 2009. Disponível em: <<http://www.dsaj.gov.mo/macaulaw/pt/data/perspectiva/issued11/p2.pdf>> Acesso em: 02 out. 2016.

ZOHAR, Gadi. Habitual Residence: An alternative to the common law concept of domicile? *Whittier Journal of Child & Family Advocacy*. v. 9. 2009. p. 169-204.